

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Rua São João Batista, Centro, Nova Laranjeiras – PR Fone: (42) 36371148 email: cmdca@novalaranjeiras.pr.gov.br



Ata N° 02/2024

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas e trinta minutos, reuniram em uma reunião extraordinária em caráter de urgência os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente CMDCA nas dependências do CRAS, afim de discutir os procedimentos apresentados pelo Oficio Nº 04/2024 do Conselho Tutelar de Nova Laranjeiras, para a reunião foi solicitado a presença do Procurador Jurídico Dr. Sérgio Borges. A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Sra Sara Angélica Stuber iniciou com a palavra, apresentando aos membros o do Conselho Tutelar de Nova Laranjeiras, realizando na oportunidade a leitura para todos do conteúdo da Ata Nº 02/2024 redigida pelo Conselho Tutelar datada de vinte e nove dias de janeiro de dois mil e vinte e quatro, amparando-se na Resolução N° 231/2022 do CONANDA Capítulo VII e Capítulo VIII analisando as providências a serem tomadas quanto aos fatos narrados na seguinte ata. Onde as Conselheiras Cirlene de Oliveira, Maria Aparecida Barbosa e Jovania Aparecida da Silva relatam estar sendo agredidas verbalmente pela conselheira Ivanir Maria Prudente, sendo exposta a inúmeras situações de constrangimento e deboche, ofendendo a horna de seus companheiros de trabalho, incitando ainda infrações de crimes eleitorais, fazendo uso de sua autoridade não condizendo com as atribuições de Conselheira, pois o mesmo exige postura e ética profissional acima de tudo. Trata-se de um ambiente de trabalho onde as ações e decisões devem ser tomadas coletivamente. Os mesmos Oficiaram o CMCDA, informando tal situação e requerendo que providencias sejam tomadas, contendo assinaturas de quatro de cinco dos membros do colegiado. Após a deliberação o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sugere a instauração de um PAD Processo Administrativo Disciplinar, para averiguação da conduta relatada na ata e aplicação de sansão pertinente, deliberando-se pelo afastamento remunerado de até sessenta dias. Neste período será convocado o suplente eleito ao cargo de Conselheiro Tutelar. Sem mais para o momento esta ata segue assinada por mim e os demais

Mais de fudes molitete; Amia R. Colla; Angelica de Moura, Francish Dampetro Jeigi Loigs: Immeniane Mendes: Vaimo Caristino Silva Odià da lega Joch Doni, Carla D. Braga